

## A POSIÇÃO DO BRASIL NA QUESTÃO DA SAÍDA DA BOLÍVIA PARA O PACÍFICO

### INTRODUÇÃO

*Maria de Fátima F. Piazza\*\**

O problema da mediterraneidade da Bolívia tem preocupado a comunidade internacional, sendo o único caso no mundo de um Estado, que tendo nascido com costa marítima soberana, a tenha perdido após uma guerra pela manutenção da referida costa. O corredor de Danzig, na Polônia e atualmente, a faixa que liga o Zaire ao Atlântico, demonstram que existem soluções de um acesso marítimo aos países sem litoral. Inclusive, determinados Estados mediterrâneos sem expectativa geográfica direta de um corredor ao oceano, desfrutam de inúmeras facilidades de livre trânsito proposta pela Conferência das Nações Unidas sobre Direito do Mar. Outros países, que se tornaram independentes sem saída ao mar, gozam de certas vantagens geográficas que aliadas a solidariedade de seus vizinhos, cobrem em grande parte as necessidades de vinculação direta, como é o caso da República do Paraguai, que tem um grande rio vinculado a Bacia do Prata, donde obtém na prática uma saída autônoma ao Porto de Buenos Aires.

A realidade boliviana tem demonstrado que um dos fatores que impedem o seu desenvolvimento é o problema da sua mediterraneidade. Por isso, a luta pela saída ao mar tem sido incessante. Várias gestões foram feitas junto a organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) sem perspectivas de soluções.

A problemática da saída da Bolívia para o mar é um assunto bastante estudado nos últimos anos, haja visto, o número significativo de artigos e obras que tratam do problema. Entretanto, com relação a posição do Brasil no assunto em pauta, existe uma defasagem na literatura especializada, motivo que nos leva a desenvolver tal tema.

O primeiro passo deste estudo foi a formulação de uma questão central: o Brasil teria interesse em ser um país bi-oceânico face à saída da Bolívia para o Pacífico?

Para respondê-la, delimitou-se o período após o golpe de Estado do General Hugo Banzer, em agosto de 1971, que marcou mais acentuadamente a preponderância brasileira naquele país e conseqüentemente, o interesse pela saída ao Pacífico. O período em que este estudo vai se desenvolver, compreende de agosto de 1971 a 1979, ou melhor, corresponde aos governos Médici e Geisel, no Brasil. A partir daí, pretender-se-à detectar as posições políticas, econômicas e ideológicas assumidas pelo Brasil, com relação a Bolívia, como também, o posicionamento brasileiro na questão boliviana da saída para o mar.

Para desenvolver este estudo, se pesquisou em periódicos, livros e documentos da Organização dos Estados Americanos (OEA), nas bibliotecas da Universidade de Brasília (UnB), do Senado Federal, do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e no Escritório da Comissão Econômica para América Latina (Cepal) em Brasília.

## I — *MEDITARRANEIDADE DE BOLÍVIA:*

### *ASPECTOS HISTÓRICOS*

A questão da saída da Bolívia para o mar se inicia há um século como conseqüência da Guerra do Pacífico (1879) (1). Como resultado, a Bolívia perde 158.000 km<sup>2</sup> do seu território litorâneo, com uma extensão de aproximadamente 400 km com portos, como: Camarones, Pisagua, El Alto, Iquique, Puerto Patillos, Rio Seco, Guanillo, Tocopilla, Mejillones, Antofagasta, Cobija e Arica (2).

Os direitos da Bolívia sobre o território de Atacama (3) no Oceano Pacífico são incontestáveis, e remontam aos tempos pré-colombianos. Com efeito, os limites da Real Audiência de Charcas, e após a independência, os da República de Bolívar, posteriormente Bolívia sobre a costa do Pacífico se estendiam desde a desembocadura do Rio Loa 21° 27' L.S. ao Norte até a cabeceira do Vale Copiapó ao Sul, 27° L.S. Entretanto, na época da Independência da América Espanhola, as circunscrições territoriais para os Estados emergentes foram baseados no «Uti Possidetis Juris de 1810» (4), princípio do Direito Internacional Público; de acordo com este princípio ficaria claro que ao emancipar-se da Espanha, os vice-reinos e as capitanias gerais da América (5) conservariam os territórios e os limites anteriores, reconhecendo reciprocamente os territórios e os limites dos novos Estados que se constituíam (6).

A época da independência não existiram dúvidas quanto a legitimidade da posse, soberania e atos jurisdicionais que a Bolívia exercia sobre os territórios da costa do Pacífico. A Bolívia sempre teve sua vida econômica vinculada ao eixo Pacífico, inclusive tornara-se independente sobre a base territorial do Antigo Alto Peru (7). O reconhecimento por parte do Chile dos direitos bolivianos consta em seus textos constitucionais, como também, no primeiro ato bilateral realizado entre ambas as nações que foi o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação aprovado pelo Congresso Chileno, em 1833 — 34 (8).

A partir do momento em que o Chile detectou a existência de riquezas no litoral boliviano, tais como: o caliche (nitrado de potássio ou salitre bruto) na região de Antofagasta e o guano ou huano (acumulação de fosfato de cálcio

proveniente de excrementos de aves marinhas) na região de Mejillones, começaram as investidas chilenas em território boliviano que culminaram com a Guerra do Pacífico (Vide: quadro n° 1).

Esta guerra foi de certa maneira desigual. Chile havia se armado na medida de suas intenções e possibilidades; Bolívia e Peru foram surpreendidos, quase desprovidos de materiais bélicos e os resultados, conseqüentemente, foram a consumação dos planos expansionistas do primeiro, sobre o território de Atacama da Bolívia e Taparacá do Peru. Finalmente, o Chile consolida sua desejada expansão para o Norte.

Com o Tratado de Paz de 1904, desaparecia para a Bolívia uma província completa e com ela todo seu litoral Pacífico (9), que compreendia 158.000km<sup>2</sup>, ou seja, uma superfície superior a de Cuba, Jamaica, Trinidad Tobago e El Salvador juntos (10). Onde foram descobertos no final do século XIX jazidas de cobre em Chuquicamata, consideradas as mais importantes do mundo. Por isso, o Chile se converteu no primeiro exportador mundial e no segundo produtor de cobre depois dos Estados Unidos. Após o referido tratado, os esforços bolivianos para conquistar a sua saída para o Oceano Pacífico continuam até os dias atuais. (Vide quadro n° 2). Por isso as relações exteriores da Bolívia se caracterizam pela «diplomacia de retorno al mar» (12).

Entretanto, são inúmeros os problemas que impedem esse retorno. Os problemas podem ser divididos em dois níveis de atuação, a nível de política interna e de política externa. A nível de política interna se tem a ressaltar a instabilidade política da Bolívia que dificulta a formação de linhas mestras e objetivos fixos para o cumprimento de distintas etapas da «diplomacia de retorno al mar». Greño Velasco aponta a existência de múltiplas tendências que permitem afirmar uma base comum em posturas particulares, tais como: (13) 1° *A dos chamados praticistas*. Pensavam que com a aquisição de Tacna e Arica para a Bolívia, o problema estaria solucionado. Para a solução deste problema deveria ser feito um acordo tripartite Bolívia/Peru/Chile, porque se tratava de territórios cujo domínio estava sob litígio. Esta tese não excluía os que professavam a reivindicação do litoral marítimo boliviano anteriormente detentado. Baldíbia G. identifica esta postura com o nascimento da República, sustentada por Santa Cruz, Ballivian, Velasco e outros, que em síntese tratam de obter para a Bolívia, a possessão da costa que parte desde o Morro de Sama até o Paposo. Esta tese foi defendida oficialmente pelos governos de Arce Baptista, Alonso e Montes. 2° *Os reivindicacionistas*. Excluía do seu programa a incorporação de Tacna e Arica, por considerá-la atentatória aos direitos do Peru e pediam a anulação do Tratado de 1904, que supunha a reconquista do litoral usurpado (14). 3° *Os reintegristas*. Pediam que o Chile e o Peru, ou só o Chile, de comum acordo ou isoladamente, cedessem um porto na zona que por sua posição geográfica fosse útil, para o desenvolvimento do comércio boliviano, a fim de resguardar a soberania nacional (15). 4° *Os revisionistas* sustentam a necessidade de propor ao Chile a revisão do tratado de 1904, com o fim de recuperar total ou parcialmente o antigo litoral (16).

A nível de política externa se tem a ressaltar as difíceis relações diplomáticas Bolívia/Chile/Perú na questão da saída da Bolívia para o Pacífico. Este assunto é muito complexo e dificulta a combinação de todos os fatores políticos, econômicos e jurídicos que estão em jogo. Daí surgirem problemas, tais como: 1° «A falta de uma integração latinoamericana» (17). Esta tese levantada pela

jurista Ana Maria Dobry, propõe a integração da América Latina como uma resposta ao problema dos países sem litoral. Seguindo a jurista, «mediante la integración se lograria la política unificada que asegure: a) un mayor equilibrio entre los países; b) un mayor grado de igualdad y justicia socioeconómicas; c) la distribución pareja de esfuerzos, sacrificios y beneficios; d) la democratización integral de la economía, la sociedad, el Estado y la cultura» (18). A partir do momento que se concretizasse a integração latinoamericana, juntamente com sua autonomia (19), a fim de fortalecer a sua posição no cenário internacional, seria fácil solucionar o problema dos países sem litoral, como é o caso da Bolívia. 2º A posição chilena. No plano jurídico se tem um dos problemas mais sérios, resultante do Tratado e do Protocolo de 1929, o qual reconhece a soberania exclusiva do Chile sobre a Província de Arica (20). No plano político a questão torna-se de difícil solução, a partir do momento em que assume o Governo do Chile, o General Augusto Pinochet Ugarte, Presidente desde 1973. A política «Pinochetista» utiliza como instrumento de ação expansionista e sub-imperialista a sua «geopolítica» (21), inclusive como forma de justificar a sua posição geopolítica no sistema de segurança hemisférica. O regime do General Pinochet é na realidade um «regime de Segurança Nacional» intimamente ligado a doutrina de segurança nacional emanada dos Estados Unidos. O *approchement* chileno-boliviano entre Pinochet e Banzer (1975) deve-se ao ex-Presidente Ernesto Geisel, que promoveu o referido encontro (22). Entretanto, as supostas negociações secretas entre Banzer e Pinochet, relativas à saída da Bolívia para o mar, acabaram por marginalizar o Peru da referida questão (23). Consequentemente, criaram-se obstáculos até hoje insolucionáveis para a problemática da mediterraneidade da Bolívia.

## NOTAS

## 1 — VIDE:

TEIXEIRA SOARES. Pontos de fricção na América Latina. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 55-56: 53-56 set./dez. 1971.

DIEZ DE MEDINA, E. *La cuestión del Pacífico y la política internacional de Bolívia*. La Paz, 1923. 270 p.

BONILLA, Heraclio. La dimensión internacional de la guerra del Pacífico. *Desarrollo Económico*. Buenos Aires, Instituto de Desarrollo Económico y social, 73 (19) : 79-93, abr./jun. 1979.

GREÑO VELASCO, José Enrique. Bolívia y su retorno al mar. *Revista de Política Internacional*, 150: 199-200, mars/avr. 1977.

2 — ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Mediterraneidade de Bolívia*. In: Assembleia General Ordinaria de la OEA, 9., La Paz, 1979. p. 5

TEIXEIRA SOARES, op. cit., p. 56.

3 — A província chilena de Atacama, em sua maior parte é constituída pelo deserto do mesmo nome. Este deserto é morfologicamente constituído por uma série de depressões situadas entre o rio Lluta, ao norte, que deságua perto de Arica, e o rio Loa, ao Sul, depressões essas que contêm bacias salgadas (ou salinas). Para leste da chamada Cumieira Domeyco, verdadeiro divisor d'águas, encontra-se uma estrutura ainda mais abrupta com o solar de Atacama, terra alta e desolada, e chamada Puna (palavra indígena que significa altiplano) de Atacama. A província de Atacama possui os Vales do Capiapó e Huasco.

4 — OLIVEIRA, João Gualberto de. *Gusmão, Bolívar e o princípio do «Uti Possidetis»*. São Paulo, 1958. p. 225-243.

5 — Na época da emancipação a América Espanhola estava dividida em quatro vice-reinos e sete capitanias gerais. Os vice-reinos eram: México, Nova Granada, Peru e Prata. As capitanias gerais eram: Caracas, Chile, Guatemala, Porto Rico, São Domingos e Iucatã.

6 — OLIVEIRA, op. cit. p. 299.

- 7 — VIVES, J. Vicens et alii, Los estados de America en los siglos XIX y XX. In: VIVES, J. Vicens, ed. *Historia de España y America: Social y económica*. 2 ed. Barcelona, Ed. Vicens-Vives, 1974. t. 5. p. 556.
- 8 — OEA, op. cit., p. 6.
- 9 — Pelo Tratado de 1904, Bolívia cedeu ao Chile não só seu extenso litoral, como também, territórios que até então, não haviam evidenciado interesse daquele país, como Chilcaya e parte das províncias de Pacajes, Carangas e Lipez.
- 10 — OEA, op. cit., p. 16.
- 11 — Id., p. 16.
- 12 — GREÑO VELASCO, op. cit., p. 201.
- 13 — Id., p. 201-202.
- 14 — Esta tese foi inscrita no programa do Partido Republicano, e a sustentaram José Maria Escalier, Bautista e Abdon Saavedra. *apud*. GREÑOVELASCO, op. cit., p. 201.
- 15 — Portos como Cobija, Pisagua e alguma «caleta».
- 16 — A esta teoria foi a que se deu o nome de reivindicacionismo jurídico, consagrada na Convenção de 1920.  
A diferença entre reivindicacionismo e revisionismo foi, claramente estabelecida por Hernan Siles Suazo, ex-presidente da República de Bolívia.
- 17 — Tese levantada pela Professora Ana Maria Dobry sob o título «El estatuto de los países sin litoral marítimo a luz de la integración», apresentada no Primeiro Encontro da Comissão Internacional de Juristas para Estudo do «status» Jurídicos dos Países sem Litoral Marítimo, realizado em Porto Alegre, de 15 a 18 de abril de 1975.
- 18 — DOBRY, Ana Maria. El estatuto de los países sin litoral Marítimo a luz de la integración. *Arquivos do Ministério da Justiça*, Rio de Janeiro, 134: 45, abr./jun. 1975.
- 19 — PUIG, Juan Carlos. *Doctrinas internacionales y autonomia latinoamericana*. Caracas, Instituto de Altos Estudos de America Latina de la Universidad Simon Bolivar, 1980. p. 139-150.
- 20 — Vide: DIAS ALBONICO, Rodrigo et alii. Les négociations entre le Chili et la Bolivie relatives a un accès souverain a la mer. *Annuaire Français de Droit International*, 1977. p. 353-56.
- 21 — Vide: PINOCHET UGARTE, Augusto. *Geopolítica de Chile*. México, El Cid Editor, 1978. 248 p.
- 22 — GREÑO VELASCO, op. cit., p. 209.
- 23 — GARCIA RENDÓN, Godofredo. *Que hay tras las negociaciones secretas entre Banzer y Pinochet Marginando al Peru? La declaración de Ayacucho de 9 de diciembre de 1974, hace impostergable la solución del problema de la mediterraneidad de Bolívia*. Lima, Imprenta Editora Jorge Perez Pacussich, 1975. 30p.

*ASPECTOS GEOGRÁFICOS, POLÍTICOS E SÓCIO-ECONÔMICOS.*

A Bolívia possui uma posição central na América do Sul, limitando-se com o Peru, Chile, Brasil, Paraguai e Argentina. Duas grandes bacias hidrográficas, a do Amazonas e a do Prata, fazem parte do seu território.

Contudo, a sua integração territorial ainda não se concretizou, vivendo uma situação de enclausuramento geográfico o que dificulta o seu desenvolvimento econômico. Entretanto, a necessidade de integração do seu espaço nacional é uma realidade. A partir do momento em que houver uma ocupação das zonas periféricas, as fronteiras serão menos vulneráveis e facilitará a integração do seu espaço nacional (1). Esta questão se torna complexa e de difícil solução, porque a instabilidade política da Bolívia dificulta uma linha contínua de ação governamental, e conseqüentemente de resolução dos seus problemas nacionais e internacionais.

A realidade política da Bolívia é uma sucessão de golpes de Estado, originados em facções civis ou militares. No entanto, nas últimas três décadas, a Revolução de 1952 chefiada pelo Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), modificou a fisionomia do país. Primeiramente, reorganizando o antigo exército, contudo, durante a década de 1960 vai se formar uma nova geração de oficiais, os «Boinas Verdes», treinados pelo exército norte-americano. Os novos oficiais logo se rivalizaram para ocupar o poder e estão divididos em dois grupos: «os nacionalistas» e «os que valorizam a segurança nacional» (2). Este último grupo, começou a atuar quando o General Hugo Banzer efetivou um

«Auto-Golpe» (3), em 1974, fazendo com que o país permanecesse em regime de segurança nacional até os dias atuais. Segundo promovendo a reforma agrária, a nacionalização das minas de estanho, e o co-governo das empresas estatizadas pelos sindicatos operários (4).

A Reforma Agrária na Bolívia constituía a base estrutural do novo regime, e importou numa profunda alteração dos estratos sociais básicos. Darcy Ribeiro, aponta as alterações: 1º a derrocada da oligarquia rural mediadora entre os índios e o Estado; 2º a integração dos grupos indígenas, com a proclamação do seu direito à propriedade das terras em que viviam e trabalhavam, e pelo exercício dos direitos de cidadão; 3º a desmarginalização dos cholos que, como camada intersticial ascendem socialmente através dos canais abertos pelo surgimento de inúmeras funções como; a de pequenos líderes políticos, de milícia-

nos e de traficantes das safras agrícolas no mercado negro e de artigos industriais no campo; 4º o surgimento de uma nova classe média urbana, desligada dos interesses latifundiários e por isso mesmo, mais capaz de fazer-se aceitar pelos grupos cholo e índio (5).

Entretanto, a reforma agrária não foi consolidada, porque a distribuição de terras apenas atingiu pequena parcela da área apropriada pelo sistema fundiário do país (6), enquanto que as áreas mais férteis e as terras mais apropriadas à irrigação foram reservadas para futuras formas coletivistas de exploração que, não chegaram a ser implantadas (7). Além disso, as constantes mudanças políticas de governo com a implantação de regimes de Segurança Nacional, mudaram as diretrizes sobre os procedimentos revolucionários da desapropriação, tais como: os direitos de ressarcimento aos antigos donos pôde conduzir ao questionamento da legitimidade dos próprios títulos de posse das terras ocupadas pelos indígenas, e posteriormente, ao retorno dos antigos fazendeiros as áreas de «reserva» fundiária não distribuídas; além da interrupção da distribuição de novas terras ao campesinato que conduzirá, fatalmente, à atomização das áreas de que os camponeses se apropriaram pelo fracionamento sucessivo dos lotes em minifúndios e pelo desgaste resultante das formas primitivas de exploração (8).

Outro aspecto importante da Revolução de 1952 foi a nacionalização das minas, cuja política fracassou por diversos fatores, como: (9)

1º) O boicote internacional, por quase dois anos, e a comercialização do estanho boliviano que, embargando a única fonte de divisas do país, impossibilitou a importação complementar de alimentos que sempre fora feita;

2º) Para romper esta barreira, o governo boliviano decidiu entregar a comercialização do estanho aos mesmos monopólios que antes o exploravam diretamente, sendo obrigado a aceitar sobre cada tonelada vendida, o desconto de uma taxa destinada à amortização do valor das minas nacionalizadas;

3º) As minas estatizadas tiveram de enfrentar uma redução drástica de preços provocada artificialmente pelo ingresso no mercado das reservas estratégicas norte-americanas;

4º) O governo ficou privado de recursos até mesmo para repor os equipamentos desgastados, resultando uma queda substancial da produção mineira que afetou toda a economia do país.

O fracasso do setor mineiro, o único capaz de gerar recursos para custear a implantação de uma infra-estrutura industrial limitou as potencialidades da revolução boliviana, gerando problemas como: a inflação, a carestia, o desemprego, e conseqüentemente uma crise econômica que desvirtuaria os objetivos iniciais da revolução (10). O país cristaliza sua economia como ancilar e dependente do sistema monopolístico mundial.

A Bolívia enquanto membro do Grupo Andino (11), pôde beneficiar-se de um tratamento preferencial no programa de liberalização tarifária em relação

aos demais membros do grupo, podendo os seus produtos minerais garantir-lhe as vantagens no mercado sub-regional. Mesmo assim, continua a ser o país de menor desenvolvimento relativo no mercado andino. A isto se deve, a um evidente deterioramento na sua situação econômica geral, durante o ano de 1979 (12). Vários motivos levaram a perda do dinamismo da produção global boliviana como (13): 1° A crise no setor mineiro e na indústria petrolífera; 2° contração no setor agrícola; 3° crescimento lento nas demais atividades produtivas; todos estes motivos foram impulsionados pela crescente efervescência política que gerou um clima de crescente instabilidade política (14) e conseqüentemente, a uma crise econômica geral. (Vide: quadros n° 3 e 4).

O modelo capitalista de desenvolvimento, no qual se insere o país, encontra-se desgastado por sua contradição original e ao introduzir-se no sistema capitalista mundial. As inversões estrangeiras, que deveriam cumprir o papel do comércio, concentrados em certos e determinados setores da produção, só provocam novo desequilíbrio estrutural e uma apropriação do excedente nacional (15). Com efeito, a dependência e o sub-desenvolvimento são obstáculos determinantes no processo de integração latino-americana, e conseqüentemente, dificultam uma resolução a curto prazo do problema da mediterraneidade da Bolívia. Diversos fatores impedem esta integração, tais como (16):

1°) A heterogeneidade, que divide os grandes países (como Venezuela, México, Brasil, Argentina, etc.), um grupo de países intermediários e os países de menor desenvolvimento;

2°) Existem enormes diferenças e desníveis quanto a bases geográficas, históricas, etapas de desenvolvimento, estruturas sócio-econômicas, grau de industrialização, níveis de vida, etc. Tudo isso, cria ao processo integrador graves divergências. Além de se agravar a circunstância de serem suas economias, mais ligadas aos Estados Unidos e a Europa do que entre si mesmas;

3°) As diferenças de regimes políticos e níveis culturais;

4°) Os países de menor desenvolvimento (17), que temem a possível falta de reciprocidade na integração e o perigo de maiores desigualdades ou de absorção, adotam uma atitude expectante;

5°) Os grandes países que vem a integração como desnecessária, ante as possibilidades próprias que tem de um desenvolvimento nacional isolado;

6°) A busca de ajuda e dependência externa;

7°) As pressões sociais e políticas, tem contribuído para paralizar a ação de alguns governos com respeito a integração.

Neste contexto se insere a Bolívia, como país de menor desenvolvimento relativo da América do Sul, enclausurado geograficamente por países de grande e médio desenvolvimento, dependente economicamente (18). Embora, participe de organismos regionais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e do Trata-

do de Cooperação Amazônica (Pacto Amazônico); e portanto, incapaz de participar mais decisivamente no processo de integração latino-americana e conseqüentemente, de buscar uma solução para o problema da sua mediterraneidade.

## NOTAS

1. RIVIÈRE D'ARC, HÉLÈNE. Espace national et périphéries frontalières en Bolivie. *Notes et études documentaires*, Paris, 31: 109-18, oc. 1979.
2. COMBLIN, Joseph. *A ideologia de segurança nacional; o poder militar na América Latina*. 3 ed. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1980. p. 204-207.
3. «Auto — Golpe de Banzer», em 1974, denominado por WHITEHEAD, Laurence. Banzer's Bolívia. *Current History*, 413 (70): 80, feb. 1976; quando se refere aos decretos que radicalizaram o sistema de segurança nacional.
4. RIBEIRO, Darcy. *As Américas e a Civilização*. Petrópolis, Vozes, 1977. p. 182.
5. RIBEIRO, op. cit., p. 185.
6. Principalmente, aquelas glebas marginais em que o camponês trabalhava antes da reforma agrária, como arrendatário.
7. RIBEIRO, op. cit., p. 189.
8. Id., p. 189.
9. Ibid., p. 185-186.
10. Ibid., p. 186-187.
11. A Bolívia retitou-se do Grupo Andino, dia 17 de outubro p. p.
12. CEPAL. *Estudio Económico de América Latina*. Santiago, 1979. p. 1.
13. Id., p. 1.
14. No período de julho de 1978 a dezembro de 1979, a Bolívia passou por 6 governos, numa seqüência de golpes de Estado.
15. ASSADOURIAN, Carlos Sempat. Modos de produção, capitalismo e subdesenvolvimento na América Latina. In: GEBRAN, Philomena. *Conceito de Modo de Produção*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. p. 181.
16. DOBRY; Ana Maria, op. cit., p. 43.
17. Como é o caso da Bolívia que recentemente saiu do Grupo Andino.
18. Vide: CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 5 ed. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1979. 143 p.

Atualmente, no âmbito da América Latina, o ponto de maior discussão se refere a sua integração. Entretanto, a integração implica na criação de um bloco unificado que fortaleça a posição internacional, a capacidade de negociação e a autonomia real dos países latino-americanos (1). Por outro lado, a realidade tem demonstrado que as políticas exteriores dos países latino-americanos continuam profundamente influenciadas pelas relações econômicas, políticas e militares que esses países mantêm com os Estados Unidos. Deve-se ainda salientar as relações recíprocas, bilaterais ou multilaterais, que os países da América Latina mantêm entre si. Pois, há exemplos de países que manifestam interesse em satelizar vizinhos mais fracos, ensaiando políticas hegemônicas (2).

Neste contexto se insere um dos principais problemas das relações interamericanas, a «diplomacia do aliado preferencial» (3). Neste tipo de diplomacia é que está centrado os fundamentos reais do jogo dos governantes norte-americanos em torno das ambições hegemônicas dos governantes de alguns países latino-americanos. Esta questão caracteriza a posição do Brasil com relação aos seus vizinhos, o próprio Henry Kissinger assim definiu a questão: «Evidentemente, os próprios brasileiros podem ter um ponto de vista diferente do da segurança nacional dos Estados Unidos. Porém, pode haver uma coincidência entre o desejo brasileiro de ser conhecido através de um papel de liderança na América do Sul e no Atlântico Sul, por um lado, e por outro lado a necessidade de terem os Estados Unidos um satélite principal nessa região» (4). A posição do Brasil com relação aos seus vizinhos tem sido nitidamente esta, exposta acima por Kissinger. E, tem se caracterizado pelos seus projetos hegemônicos, principalmente sobre o Paraguai e a Bolívia, os países menos desenvolvidos do Continente. Com a Bolívia, que é objeto do nosso estudo, as relações do Brasil se caracterizam ao longo dos anos pela supremacia brasileira. (Vide: quadro nº 5). A Bolívia apesar de possuir grandes riquezas naturais e de ocupar uma posição estratégica no Continente, ela é objeto de manobra de todos os seus vizinhos. Isto significa que a vida política, principalmente a que se passa no seio de seu exército, é um permanente conflito entre as posições brasileira, argentina, peruana, chilena, sem esquecer a norte-americana que domina as demais (5).

O domínio do Brasil sobre a Bolívia vai-se fazer sentir, mais acentuadamente, quando se dá o golpe de Estado do General Hugo Banzer com o apoio dos governantes brasileiros, em agosto de 1971. Aliás, a partir daí, passa a existir entre o Brasil e a Bolívia uma identidade ideológica, tendo ambos seus regimes baseados na ideologia da Segurança Nacional.

Para que se concretizasse o golpe de Estado do Gal. Hugo Banzer contra o regime popular-nacionalista do Presidente Juan J. Torres, o Brasil treinou militares e paramilitares mercenários bolivianos, colocou tropas ao longo da fronteira com a Bolívia, a Força Aérea Brasileira transportou materiais bélicos produzidos no Brasil, além do golpe contar com o apoio do Embaixador brasileiro em La Paz, General Hugo Bethelen, a central de comando do golpe foi o consulado brasileiro em Santa Cruz de la Sierra (7). Esta posição brasileira é nitidamente identificada numa conferência do General Hugo Bethelen, em julho de 1971, na época Embaixador do Brasil na Bolívia, que se expressara: «Eu sou a favor de uma forma de intervenção a qual a imaginação brasileira, criativa em desenvolver novas formas de coexistência entre os homens, pode descobrir no âmbito das relações internacionais, principalmente entre nações latinoamericanas as quais eu considero uma família» (8).

Após o golpe, o Brasil logo reconheceu o governo do General Hugo Banzer, e conseqüentemente, consolida seu domínio sobre a Bolívia. Com efeito, as teses dos geopolíticos brasileiros concentraram seus esforços expansionistas neste país devido a falta de estabilidade geográfica e política, e também, pela projeção geopolítica que o Brasil exerce no Continente (9).

Os geopolíticos brasileiros como o General Mário Travassos viabilizam suas teorias em praxis expansionistas, como o projeto da estrada de ferro que ligará Santa Cruz de La Sierra a Cochabamba, que estabelecerá a conexão Santos-Arica (Atlântico-Pacífico); a instalação de agências do Banco do Brasil em Santa Cruz de La Sierra e Cochabamba (10), estes planos fazem parte da penetração «Para o Oeste» (11). Posteriormente, incorporada à teoria das «fronteiras vivas», pelo General Golbery do Couto e Silva e seus discípulos, e hoje se aplica a imensa fronteira terrestre do Brasil (12).

Com o Pacto Amazônico, o governo brasileiro tratará de incorporar sobre a sua hegemonia a maior bacia hidrográfica do mundo e também de estabelecer a supremacia do Amazonas sobre o Prata, ou seja, o Brasil sobre a Argentina (13). O Pacto Amazônico faz parte de uma ofensiva diplomática do Brasil, principalmente sobre a Bolívia (14), sob o pretexto da «integração continental». (15). Entretanto, os governantes brasileiros com o Pacto Amazônico, chama de «cooperação técnica» ao que antes chamavam de «fronteiras vivas».

Da mesma maneira, o Brasil age com relação ao Acordo de Cooperação e Complementação Industrial, o qual representa a conclusão de negociações que remontam ao ano de 1958, quando foi firmado o Tratado de Roboré (16). Este Acordo de Cooperação e Complementação Industrial trata do aproveitamento do gás natural da Bolívia, incluindo a construção de um gasoduto Brasil/Bolívia (17). Além disso, o Brasil controla desde 1970, o terceiro maior depósito de ferro e manganês do mundo, o maior da América Latina, que se localiza em Mutum, ao sudoeste da Bolívia, próximo a fronteira com o Brasil (18).

Além de todas as estratégias usadas pelo Brasil com relação à Bolívia, ele ocupa uma posição privilegiada, pois, toda a região do planalto boliviano vive em estreita vinculação cultural e econômica com o Centro-Oeste brasileiro (19).

O relacionamento brasileiro-boliviano é o que melhor exemplifica a dinâmica do movimento expansionista e do sub-imperialismo do Brasil, que chegará ao seu auge com a saída da Bolívia para o Pacífico.

## NOTAS

1. DOBRY, op. cit., p. 41  
PUIG, op. cit., p. 139-50.
2. IANNI, Octávio. Diplomacia e imperialismo na América Latina. **Cadernos Cebrap**, São Paulo 12, 1973, p. 1-2.
3. Vide: IANNI, Octávio. **Imperialismo na América Latina**. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1974. p. 66-76.
4. «Visita de Henry Kissinger ao Brasil, em fevereiro de 1976» apud COMBLIN, op. cit., p. 205.
5. COMBLIN, op. cit., p. 205.
6. Ibid., p. 206.
7. ZAVAREEI, Hassan Sub-imperialism in action. In: **Dependent Industrialization in Brazil: Including a case study of the motor vehicles industry**. New School for Social Research, 1977. p. 245-47.
8. Id., p. 246.
9. TRAVASSOS, Mário. **Proyección continental del Brasil**. México, El Cid Editor, 1978. p. 43-49.
10. São as primeiras sucursais de banco Oficial brasileiro em cidades do interior de países limítrofes.
11. CORNELIO, Lucio. Prefácio del editor argentino. México, 1978. IN: TRAVASSOS, op. cit.
12. «... la frontera no tiene hoy el sentido de otros tiempos, porque avanza o retrocede según las circunstancias y siendo viva ejerce presión natural sobre a la frontera, económicamente, y demográficamente más debil». Golbery do Couto e Silva — (Citado por Mastrorilli — Geopolítica del Brasil — Revista Estrategia, 19/20, p. 59 e Revista Visão, 6 abr. 1974, p. 14) apud CENDOYA, Andrés Fernández. Guna nueva guerra del Pacífico? Estrategia, mars/ fevr, 1974, p. 38.
13. CORNELIO, op. cit.
14. «Existem diversas alusões acerca da utilização de riquezas da Amazônia boliviana sob a forma de recomendação por uma ocupação e uma preservação nacional deste espaço, sem que se faça referência ao pacto Amazônico». **Bolívia y el aprovechamiento de la cuenca del Amazonas**. Panorama, Santa Cruz, mars. 1979 apud D'ARC, op. cit., p. 115.
15. RIVIÈRE D'ARC, op. cit., p. 114 — 115
16. Sobre o Tratado de Roboré, vide: COUTINHO, Joel Silveira et alii. **História de uma conspiração; Bolívia, Brasil e Petróleo**. Rio de Janeiro, Ed. Coelho Branco, 1959. 223 p  
GUILHERME, Olypio. **A verdade sobre Roboré**. Rio de Janeiro, Livr. Freitas Bastos, 1960. 95 p  
MASCARENHAS, Anderson O. **Roboré um torpedo contra a Petrobrás**. São Paulo, Ed. Fulgor, 1959. 342 p.  
PASSOS, Gabriel de Rezende. **Estudo sobre o acordo de Roboré**. São Paulo, Ed. Fulgor, 1960. 268 p.  
GUILHERME, Olypio. **Roboré, a luta pelo petróleo boliviano**. Rio de Janeiro, Livr. Freitas Bastos, 1959, 352 p.
17. O GÁS natural da Bolívia. **Petróleo**, American Petroleum Institute, set. 1974, p. 5-8.
18. ZAVAREEI, op. cit., p. 246
19. O GÁS natural da Bolívia, op. cit., p. 5.

#### IV — A POSIÇÃO DO BRASIL FACE À QUESTÃO DA SAÍDA DA BOLÍVIA PARA O MAR.

O posicionamento brasileiro na questão da saída da Bolívia para o mar, prende-se, a hipótese central deste estudo: O Brasil teria interesse em ser um país bi-oceânico face a saída da Bolívia para o Pacífico?

Evidentemente, o Brasil por sua inquestionável projeção geopolítica, se destaca ainda mais nas atuais circunstâncias. Sua gravitação e influência na Bolívia vem crescendo continuamente, e não são frutos somente de uma equação de poder relativo; como também, da deliberação de uma vontade política tenaz de longas visitas e sustentada em fatos com exemplar continuidade (1).

O sentido histórico da penetração brasileira «para o este» nunca cessou, já é secular o empenho para alcançar o Pacífico. Nas últimas décadas, os esforços se concentraram sobre o grande eixo geopolítico: São Paulo, Corumbá, Santa Cruz de La Sierra, Cochabamba e Arica. A tradição brasileira das fronteiras variantes revive com a «Geopolítica do Brasil», do General Golbery de Couto e Silva, a teoria das «fronteiras vivas», que atualmente se chama de «cooperação técnica» (2). Entretanto, se torna natural que seja o Brasil o mais interessado na reintegração do acesso da Bolívia ao Pacífico, isto é, nas melhores condições para ser eficientemente operado como porta aberta para o Extremo Oriente (3).

A posição hegemônica brasileira, como já foi vista no capítulo anterior, se evidencia com a ascensão do General Hugo Banzer ao poder, em agosto de 1971, o qual teve apoio dos governantes brasileiros para realizar o seu golpe de Estado. O período em que Banzer ascende ao poder coincide com o governo do General Emílio Garrastazú Médici, cuja política externa estava centrada na «diplomacia do interesse nacional» (4). Segundo o ex-Embaixador do Brasil em Washington, Roberto Campos, a «diplomacia do interesse nacional» reflete sobre os demais países latino-americanos: «no tocante à política em relação à América Latina, temos que observar princípios negativos e empreender ação positiva. Os negativos são: a) evitar tentativas ocasionais de isolamento do Brasil pela formação de um bloco hispânico; b) combater acusações de hegemonia e expansionismo. A hegemonia, como sub-produto do poder econômico, é acidente inevitável; (...). Como ação positiva cabe-nos ajudar os países de menor desenvolvimento relativo (por meio de): a) integração por via comercial; b) integração mediante projetos de investimentos»... (5).

Desta forma, sob o pretexto da «integração» comercial e projetos de investimentos, é que o Brasil solidifica sua posição hegemônica na Bolívia. A pri-

meira faceta desta pretensa «integração» se deu após o golpe de Estado acima referido, quando se instalou na Bolívia uma companhia brasileiro-boliviana, com o capital inicial do Brasil de 20 milhões de dólares, tendo inicialmente, como presidente, o General Hugo Bethelen (6). Além, da criação de programas de cooperação técnica, e dotações orçamentárias que foram vinculadas à execução do programa de entidades estatais e para-estatais, como o BNH, o Senai e a Eletrobrás (7). Todas estas medidas adotadas pelo governo Médici facilitaram à ação brasileira na Bolívia.

Entretanto, é no Governo do General Ernesto Geisel (1974-1979), que a posição brasileira se evidencia na questão da saída da Bolívia para o Pacífico. No ato de posse deste General à Presidência da República, em março de 1974, estiveram presentes os Generais Augusto Pinochet e Hugo Banzer, presidentes do Chile e da Bolívia respectivamente, os quais tiveram oportunidade de iniciar o diálogo chileno-boliviano. Contudo, o *approchement* só se concretizou no histórico encontro de Charana (8) (Bolívia), promovido pelo Presidente Geisel, que terminou com a nota de 26 de agosto de 1975, a qual continha os pedidos concretos da Bolívia para o Chile (9).

Posteriormente, o Presidente Pinochet fez declarações a imprensa, onde deixa claro a posição do Brasil na questão: «a la actualización vertiginosa del más inquietante conflicto territorial de América Latina, el cual interessa no sólo a esos tres países — Peru, Bolívia, Chile — sino a todos los de la región, particularmente Argentina y Brasil» (10).

A visita de Banzer ao Brasil, em agosto de 1977, vem demonstrar nitidamente, através de acordos bilaterais Brasil/Bolívia, o interesse brasileiro no Pacífico. O discurso do Presidente Banzer no Palácio do Planalto, evidencia esta posição, que vai ser demonstrada nos acordos bilaterais e na declaração conjunta brasileiro-boliviana.

O trecho do discurso do Presidente Banzer diz: «Vossa Excelência conhece os esforços que vem desenvolvendo meu governo para impulsionar o processo das negociações marítimas, que permitam, definitivamente, superar o centenário bloqueio geográfico que sofre minha pátria. Por isso, vem ela cobrar, agora mais do que nunca, com especial relevância, a renovada palavra de apoio do ilustre Governo do Brasil à penosa tentativa em que se empenha a Bolívia para alcançar um acesso que a vincule soberanamente ao Oceano Pacífico» (11).

A resposta ao pedido do presidente boliviano feito neste discurso, fica evidenciada na declaração conjunta brasileiro-boliviana e nos acordos Brasil-Bolívia (12), onde se dá ênfase especial a integração Atlântico-Pacífico. Os aspectos mais relevantes desta integração, está implícito no Acordo de Cooperação e Complementação Industrial (13), assinado à nível de chefes de Estado entre os Generais Hugo Banzer e Ernesto Geisel, em Cochabamba, a 22 de maio de 1974, e nesta visita de Banzer à Brasília efetivou-se uma «Troca de Notas» sobre o referido acordo.

Por este Acordo de Cooperação e Complementação Industrial, a Bolívia garantirá ao Brasil o fornecimento diário de 240 milhões de pés cúbicos de gás

natural durante 20 anos e em contrapartida, receberá empréstimos, estímulos e garantias que lhe permitirão montar, na sua região sudeste, um polo de desenvolvimento formado por um complexo siderúrgico, um conjunto petroquímico e uma fábrica de cimento. Os produtos desse complexo industrial terão garantia de mercado no Brasil e serão comercializados sem qualquer imposto aduaneiro, como se fossem produtos nacionais. Com onze artigos e três anexos, o Acordo define minuciosamente os mecanismos de participação do Brasil na montagem do polo industrial e fixa quotas de compra de aço e uréia até o ano de 1994 (14).

Entretanto, no que se refere ao acordo do gás natural boliviano foram realizados dois estudos de viabilidade, o primeiro que trata do aproveitamento do gás, elaborado pela Comissão Nacional do Brasil que o representa no Comitê de Ação para Integração da América Latina (CAIAL) e, o segundo, que focaliza o gasoduto Brasil-Bolívia de Santa Cruz de La Sierra a São Paulo, de autoria do Consórcio Swoci-Engevix, mandado executar pela Companhia de Gás de São Paulo (Comgás). A partir do momento em que estes estudos se concretizarem, não resta dúvida que a existência de gás natural abaixo do preço, e das demais matérias primas para a indústria siderúrgica na região atravessada pela Brasil-Bolívia, será uma solução muito econômica para o primeiro (15). Por outro lado, além da proximidade geográfica, das vias de comunicação já existentes, o gasoduto abrirá um caminho natural para a intensificação das correntes de comércio através do sistema de transportes dos países andinos, e conseqüentemente, motivará a integração Atlântico-Pacífico.

Outro aspecto relevante da visita do Presidente Banzer ao Brasil, que ressalta o interesse brasileiro no Pacífico, consta da declaração conjunta brasileiro-boliviana que é a «ligação rodo-ferroviária, que integrará, fisicamente os dois países». Segundo o item XII dessa declaração, trata-se «por parte do governo brasileiro, do anteprojeto de ligação ferroviária entre Santa Cruz de La Sierra e Cochabamba, bem como, a elaboração já em fase de conclusão, dos estudos de engenharia do projeto de ligação rodoviária entre Puerto Suarez e Santa Cruz de La Sierra. Ressaltam, outrossim, o valor desses projetos tanto para os objetivos de interconexão ferroviária transcontinental como para interconexão dos sistemas rodoviários brasileiro e boliviano, através de Santa Cruz de La Sierra e Corumbá, a fim de criar condições mais favoráveis a uma efetiva integração física entre os dois países e de aperfeiçoamento a infra-estrutura continental de transportes» (16).

Este plano faz parte da estratégia brasileira «para o oeste», ou melhor, integrar o Atlântico ao Pacífico. O projeto rodo-ferroviário faz parte também da ferrovia transcontinental, que vai ligar os Portos de Santos (Brasil), no Atlântico ao de Arica (Chile), no Pacífico. O referido projeto vem se prolongando desde o Tratado de Petrópolis (1903), e só agora, com os investimentos brasileiros no eixo Pacífico é que estão em vias de concretização. Da mesma maneira, para a região centro-oeste brasileira é viável uma saída para o Pacífico, haja visto a proximidade geográfica (17).

Justamente, o objetivo brasileiro vai ao encontro de um suposto «polo integrador marítimo na costa do Pacífico», que será uma solução para o problema da mediterraneidade da Bolívia. Para a localização desse polo, Gomez Rue-

da identifica uma área litorânea que une três países: Chile, Bolívia e Peru; parafraseando-o «esa área configura una verdadera encrucijada que se asienta sobre el eje norte-sur de América hispana, jalona la moderna carretera panamericana y es nudo de accesos que confluyen desde cuatro Estados. Se trataría de un triángulo, con una base costera de unos 70 kilómetros y su tercer vértice más allá de Visviri, sobre la frontera boliviana. Encerraría el puerto de Arica y la ciudad, peruana de Tacna» (18). Ora, através da proposição acima de Gomez Rueda encontrariam saída para o Pacífico; Bolívia, e conseqüentemente, Brasil e Argentina.

Também, esta proposta se coaduna com o texto da IX Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), que provou a propósito da mediterraneidade boliviana, e em determinado trecho aponta:» (...) la inclusión de una zona portuaria de desarrollo multinacional integrado... » (19). Evidentemente, que esta zona portuária tenderia a ser em Arica, servido pela Rodovia Panamericana e Ferrovia Transcontinental.

Por outro lado, Arica não é a única via de saída para o Pacífico que o Brasil intenta. Também, mantém expectativas para alcançá-la através do Equador e do Peru. A penetração econômica brasileira na Bolívia, a ajuda para a construção do último trecho da linha Santos-Arica, que se completará mediante a construção da estrada de ferro Cochabamba-Santa Cruz de La Sierra, permitem incentivar a rapidez das soluções. A isto, somam-se as relações econômicas de Santa Cruz de La Sierra e do oriente boliviano com o Estado de São Paulo, e o comércio expectante com o Japão e o sudeste Asiático com o próprio Brasil, que poderá enviar suas mercadorias por esta via, em apenas quarenta horas. Desta maneira, se tem uma idéia completa da importância do movimento dinamizador imposto pelo Brasil e o interesse direto na solução favorável ao problema da mediterraneidade da Bolívia.

Com estas estratégias utilizadas para «integrar» o Atlântico ao Pacífico, o Brasil aumentará provavelmente, o seu intercâmbio comercial com a Bolívia que já é bastante significativo (Vide Quadros nº 6 e 7).

O posicionamento brasileiro com relação à saída da Bolívia para o Pacífico, deu-se também, à nível de organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA). O Brasil sempre votou a favor da saída boliviana para o mar, contudo, restamos saber os reais motivos que o levaram ao seu posicionamento nesta questão, uma vez que, não se teve acesso aos documentos da Divisão da Organização dos Estados Americanos do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Contudo, para que a Bolívia tenha êxito na sua «diplomacia de retorno al mar», é fundamental que procure o caminho do diálogo regional, baseado no direito internacional, na cooperação e nos consensos estáveis, entretanto, a reciprocidade de interesses aparece como uma alternativa ao conflito e a desintegração (21).

## CONCLUSÃO

A posição do Brasil com relação a questão da saída da Bolívia para o Pacífico é nitidamente visível. O Brasil tem interesse no êxito da «diplomacia de retorno al mar» que a Bolívia vem desempenhando há um século, desde o tér-

mino da Guerra do Pacífico, quando perdeu a costa litorânea. No momento em que a Bolívia conseguisse a sua saída, conseqüentemente, o Brasil também alcançaria este oceano, ou melhor, seria um país bi-oceânico. A justificativa para esta afirmação conclusiva, baseia-se em que: o sentido histórico da penetração brasileira «para o oeste» nunca cessou, já é secular o empenho para alcançar o Pacífico, por isso, nas últimas décadas os esforços se concentram sobre o grande eixo geopolítico: São Paulo, Corumbá, Santa Cruz de La Sierra, Cochabamba e Arica. Justamente, com a visita do Presidente Hugo Banzer ao Brasil, em agosto de 1977, fica evidenciada esta posição brasileira, através de uma troca de notas sobre o Acordo de Cooperação e Complementação Industrial (assinado à nível de Chefes de Estado entre Geisel e Banzer, em Cochabamba, a 22 de maio de 1974) e na declaração conjunta brasileiro-boliviana. O referido acordo trata do fornecimento de gás natural da Bolívia para o Brasil, incluindo a construção de um gasoduto que abrirá um caminho natural para a intensificação das correntes de comércio através do sistema de transportes dos países andinos, e conseqüentemente, motivará a integração Atlântico-Pacífico. Na declaração conjunta brasileiro-boliviana um dos pontos relevantes foi a «ligação rodo-ferroviária que integrará fisicamente os dois países», e automaticamente, fará uma interconexão, com a Ferrovia Transcontinental, que é na realidade a ligação Santos-Arica, ou melhor, Atlântico-Pacífico. Esta ligação é de suma importância para o Brasil, porque se o acesso ao Pacífico for reintegrado a Bolívia, poderá ser operado como uma porta aberta para o comércio com o Extremo Oriente, Japão e Sudeste Asiático.

Ao Brasil interessa que a Bolívia consiga a saída pretendida, entretanto, nos dias atuais fica em aberto a questão: a visita do Presidente Figueiredo ao Chile influiria no destino das negociações chileno-bolivianas acerca da saída da Bolívia para o Pacífico?

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

## NOTAS

1. CENDOYA, Andrés Fernández. Una nueva guerra del pacífico Pacífico? *Estrategia*, fevr./mars. 1974. p. 38
2. Chama-se de «cooperação técnica ao Tratado de Cooperação Amazônica (Pacto Amazônico) e ao Acordo de Cooperação e Complementação Industrial, onde se aplica a teoria das fronteiras vivas.
3. CENDOYA, op. cit., p. 38.
4. MARTINS, Carlos Estevam. A evolução da política externa brasileira na década 64/74. *Estudos Cebrap*, São Paulo, 12:83 abr./jun. 1975.
5. CAMPOS, Roberto. O Estado de São Paulo, São Paulo, 29 de maio de 1974. apud. MARTINS, op. cit., p. 91-92.
6. ZAVAREEI, op. cit., p. 247.
7. MARTINS, op. cit., p. 92-93.
8. O encontro da Charana marcou o reatamento das relações diplomáticas chileno-bolivianas, que desde 1962 estavam rompidas, com a questão do Rio Lauca. Entretanto, teve efeito efêmero, porque Banzer tomou decisões à nível pessoal, inclusive marginalizando o Peru das negociações.
9. GREÑO VELASCO, op. cit., p. 211.
10. TROIANI, Osiris. La salida al mar que Pinochet ofrece a Banzer desconoce el Tratado de Ancón y evoca la aciaga guerra del Pacífico. *La Opinión*, 12 sept. 1975 apud

GRENO VELASCO, op. cit., p. 227.

11. DISCURSO do Presidente Hugo Banzer Suárez no Palácio do Planalto em Brasília, no dia 17 de agosto de 1977, durante a cerimônia de assinatura de atos entre o Brasil e a Bolívia. **Resenha de política Exterior de Brasil**. Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 14: 28-30, jul./set. 1977.
12. Vide: OS ACORDOS Brasil-Bolívia. **Resenha Política Exterior de Brasil**. Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 14: 141-49, jul./set. 1977.  
Declaração conjunta brasileiro-boliviana. **Resenha...**, 14:35-39, jul./set. 1977.
13. Este acordo representa a conclusão de negociações que remontam ao ano de 1958, quando foi firmado os «Acordos de Roboré».
14. O POLÊMICO acordo Brasil-Bolívia. **Comércio & Mercados**. jan. 1978. p. 12-13.  
O GÁS natural da Bolívia. **Petróleo**, American Petroleum Institute, set. 1974, p. 5-8.
15. O GÁS natural da Bolívia, op. cit., p. 6-8.
16. Declaração conjunto brasileiro-boliviana. **Resenha...**, 14:38, jul./set. 1977.
17. A FERROVIA transcontinental vai ligar agora os Portos de Santos ao de Arica. **Atualidades do Conselho Nacional do Petróleo**, 5 (43): 12-3, jul./ago. 1975.
18. Palavras de Gómez Rueda. IN: GRENO VELASCO, op. cit., p. 230.
19. Texto que la Asamblea General de la Organización de Estados Americanos (OEA) aprobo a proposito de la Mediterraneidad Boliviana. apu ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Mediterraneidad de Bolivia*. IN: Asamblea General Ordinaria de la OEA, 9, La Paz, 1979. p. 27.
20. GRENO VELASCO, op. cit., p. 227; aponta: «A través de ese interes directo, de acuerdo a lo senälado pro el propio Osiris Troiani «Golbery intenta salir al Pacífico através del enclave boliviano en Arica» (La opinion del día 13 de septiembre de 1975). El presidente del Brasil, Ernesto Geisel, que patrocino el año pasado la reconciliación chileno-boliviana, o mas bien su principal consejero el célebre geopolítico Golbery do Couto e Silva, habriam inducido al General Pinochet a considerar la posibilidad de un enclave boliviano en território chileno anteriormente peruano, sea en Arica o en Iquique: Bolivia en el pasado se mostro interesada en una solucion de ese tipo, pero en Antofagasta, que por haver sido boliviano no entraria en colisión con el Tratado de Ancón y no necessitaria por tanto, el consentimiento peruano».
21. ECHEVERRIA D., Gloria et alii. Chile y Bolivia: Conflicto y negociación en la sub-region. SANCHEZ G., Walter, org. **Las relaciones entre los países de América Latina**. Santiago, Ed. Universitária, 1980. p. 183.

## BIBLIOGRAFIA

- ASSADOURIAN, Carlos Sempat. Modos de produção, capitalismo e subdesenvolvimento na América Latina. In: GEBRAN, Philomena. **Conceito de modo de produção**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. p. 181-220.
- AS RECOMPENSAS do gasoduto. **Veja**, 295: 86-7, 29 maio 1974.
- A FERROVIA transcontinental vai ligar agora os pontos de Santos ao de Arica. **Atualidades do Conselho Nacional do Petróleo**, 5 (43): 12-3, jul. ago. 1975.
- BALDIVIESO, Carlos Alberto Salinas. **História diplomática de Bolívia**. Sucre, 1938. 191 p.
- BONILLA, Heraclio. La dimensión internacionai de la guerra del Pacífico. **Desarrollo Económico**, Buenos Aires, Instituto de Desarrollo Economico y Social, 73 (19): 79 — 93, abr. jun. 1979.
- BOLÍVIA. **Visão**, 22 nov. 1976. p. 45.6; 66-8.
- BOLÍVIA apoya o Brasil en la integración amazonica. **Comercio Exterior**, México, 27 (5): 598 — 99, mayo 1977.
- BOLÍVIA. **Textos S. Documentos**, 2: 47 - 52, fev. 1979.
- BOLÍVIA enfrenta um velho dilema. **Banas**, 981: 14-5, 5 fev. 1973.
- BRASIL. **Comércio Exterior**; séries estatísticas. Banco do Brasil, Cacex, 1979.
- CARDOSO, Fernando Henrique S. FALETTO Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. 5 ed. Rio de Janeiro, Zahor Ed., 1979. 143 p.
- COMBLIN, Joseph. **A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina**, 3 ed. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1980. 251 p.
- COUTINHO, Joel Silveira et alii. **História de uma conspiração: Bolívia, Brasil e Petróleo**.

- Rio de Janeiro, Ed. Coelho Branco, 1959. 223 p.
- COLLIN — DELAUAUD, Claude. Le Pérou et ses frontières non consolidées: les difficultés de l'intégration économique. *Notes et Etudes Documentaires*, Paris, 31:99-107, oct. 1979.
- CENDOYA, Andrés Fernández. G. Una nueva guerra del Pacífico? *Estratégia*, mars/fevr. 1974. p. 30-40.
- CEPAL. *Estudio Económico de América Latina*. Santiago, 1979
- CHIAVENATO, Júlio José. *A guerra do Chaco (leia-se petróleo)*. 3 ed. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1980. 212 p.
- 3 ed. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1980. 212 p.
- CHILE, Ministério de Relaciones Exteriores. *História de las negociaciones chileno-bolivianas: 1975-1978*. Santiago do Chile, s. d. 79 p.
- CUSICANQUI, Jorge Escobari. *História diplomática de Bolivia*. La Paz, Universidad Boliviana, 1978. 2t.
- DIAS ALBONICO, Rodrigo et alii. Les negociations entre le Chili et la Bolivie relatives a unaccés souverains a la mer. *Annuaire Français de Droit International*, 1977. p. 343 —56.
- DIEZ DE MEDINA, E. *La cuestión del Pacífico y la política internacional de Bolivia*. La Paz, 1923. 270 p.
- DOBRY, Ana Maria. El estatuto de los países sin litoral marítimo a luz de la integración. *Arquivos do Ministério da Justiça*, Rio de Janeiro, 134: 39 — 45, abr./jun. 1975.
- DOCUMENTOS básicos de política internacional. La Paz Ministério de Relaciones Exteriores y Culto, set. 1972. 23 p.
- ECHVERRIA D., Gloria et alii. Conflicto y negociación en la subregion. In: SANCHEZ G., Walter, org. *Las relaciones entre los países de América Latina*. Santiago, Ed. Universitaria, 1980. p. 153-83.
- FURTADO, Celso. *Formação Económica da América Latina 2 ed.* Rio de Janeiro, Lia Editor, 1970. 365 p.
- GARCIA RENDON, Godofredo. *Que hay tras las negociaciones secretas entre Banzer e Pinochet marginando al Peru?* La declaración de Ayacucho de 9 de diciembre de 1974 hace impostergable la solución del problema de la mediterraneidad de Bolivia. Lima, Imprenta Editora Jorge PEREZ Pacussich, 1975. 30 p.
- GASODUTO de Santa Cruz de la Sierra a São Paulo. *Petróleo*, out. 1973 p. 31.
- GEISEL a Banzer: entre Brasil e Bolivia um espírito de cooperação franca. *Resenha de Política Exterior do Brasil*. Brasília, Ministério das Relações Exteriores 14: 25 - 149, jul./set. 1977.
- GLASSNER, Martin Ira. The Rio Lauca: dispute over an international river. *Geographical Review* 60 (2): 192-207, 1970.
- GUILHERME, Olympio. *A verdade sobre Roboré*. Rio de Janeiro, Livr. Freitas Bastos, 1960. 95 p.
- GUILHERME, Olympio. *Roboré, a luta pelo petróleo boliviano*. Rio de Janeiro, Livr. Freitas Bastos, 1959. 352 p.
- GREÑO VELASCO, José Enrique. Bolivia y su retorno al mar. *Revista de Política Internacional*, 150: 199 - 230, mars/avr. 1977.
- HILDRELETRICAS e estradas: armas para romper o isolamento. *Banas*, 1005: 14-5, 23 jul. 1973.
- IANNI, Octávio. *Imperialismo na América Latina*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1974. 181 p.
- MARTINS, Carlos Estevam. A evolução da política externa brasileira na década 64/74. *Estudos Cebrap*. São Paulo 12: 53-98, abr./jun. 1975.
- MASCARENHAS, Anderson. O. *Roboré um torpedo contra a Petrobrás*. São Paulo, Ed. Fulgor, 1959. 342 p.
- MENDONZA, Samuel. *El aislamiento de Bólviva*. La Paz. Ed. Canelas, 1965, 106 p.
- MARZONE, Luis Antonio. *La mediterraneidad boliviana ante el derecho Internacional; posición argentina*. Buenos Aires., Ed. Depalma, 1979. 209 p.
- O GÁS natural da Bolivia. *Petróleo*, American Petroleum Institute, set. 1974, p. 5-8.
- O POLÊMICO acordo Brasil — Bolivia. *Comércio & Mercados*, jan. 1978. p. 12-5.
- ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Mediterraneidad de Bolivia*. In: Asamblea General Ordinaria de la OEA, 9. La Paz, 1979. 27 p.
- OLIVEIRA, João Gualberto de. *Gusmão, Bolívar e o princípio do «Uti possidetis*. São Paulo,

1958. 285 p.
- PASSOS, Gabriel de Rezende. **Estudo sobre o acordo de Roboré**. São Paulo, Ed. Fulgor, 1960. 268 p.
- PINCHET UGARTE, Augusto. **Geopolítica de Chile**, México, El Cid Ed. 1978 248 p.
- PUIG, Juan Carlos, **Doctrinas internacionales y autonomía latinoamericana**. Caracas, Instituto de Altos Estudios de América Latina de la Universidad Simon Bolívar, 1980. 316 p.
- RIVIÈRE D'ARC, Hélène. Espace national et peripheries frontalières en Bolivie. **Notes et Etudes Documentaires**, Paris, 31: 109-18, oct. 1979.
- RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a Civilização**. Petrópolis, Vozes, 1977. 580 p.
- TEIXEIRA SOARES. Pontos de fricção na América Latina. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 55-56: 45-63, set./dez. 1971.
- TRAVASSOS Mário. **Proyección continental del Brasil**, México, El Cid Edior, 1978. 103 p.
- TOMASEK, Robert d. The Chilean — Bolivian Lavca river dispute and the O.A.S. **Journal of Inter-American Studies**, 9 (3): 351-65, jul. 1967.
- TRATADO de Cooperação Amazônica **Textos & Documentos**, 1 (1): 5-11, jan. 1979.
- VEGA, Alipio Valencia. **Geopolítica del litoral boliviano**. La Paz, Ed. Juventud, 1974. 568 p.
- VIDAURE., Juan JOSé. **Puerto para Bolivia: antecedentes diplomáticos — bases de negociación**. La Paz, Ed. Universo, 1950. 212 p.
- VIVES, J Vicens et alii. Los estados de America en los siglos XIX y XX. In: VIVES, J. Vicens, ed. **História de España y America: Social y economica**. 2 ed. Barcelona, Ed. Vicens — Vives, 1974, t. 5, p. 556-59.
- WHITEHEAD, Laurence. Banzer's Bolivia. **Current History** 70 (413): 61-4, 80, feb. 1976.
- ZAVAREEI, Hassan A. Sub-imperialism in action. In: **Dependent industrialization in Brazil: including a casa study of the motor vehicles industry**. New school for social Research, 1977. p. 244-53.

*\*Trabalho elaborado sob a orientação da Professora Dra. Adalgisa Maria Vieira do Rosário (do Departamento de História da Universidade de Brasília) para a conclusão do Curso de Especialização sobre América Latina. (1980)*

\*\*

*Professora Assistente do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina.*

QUADRO Nº 1

CRONOLOGIA BÁSICA DA GUERRA DO PACÍFICO

1866	Tratado de limites Chile/Bolivia.
1871	Missão de Rafael Bustillo, da Bolívia ao Chile.
1872	Convênio Lindsay-Corral, Chile/Bolívia.
1873	Tratado de Aliança Defensiva Peru/Bolívia.
1874	Tratado de limites Chile/Bolívia.
1878	Decreto do Congresso Boliviano fixando um imposto de «diez centavos por quintal de salitre exportador».
1879	fevereiro — ocupação militar chilena do deserto de Atacama. abril — Chile declara guerra ao Peru outubro — derrota naval do Peru novembro — Batalha de Taparacá, chilenos foram derrotados.
1880	maio — Batalha de Tacna, os chilenos derrotaram e dissolveram as forças peruano-bolivianas. junho — Queda de Arica e derrota do exército peruano no sul.
1881	janeiro — derrotas do exército peruano em San Juan e Miraflores e ocupação de Lima pelo exército chileno.
1882	Miguel de Iglesias é proclamado Presidente Regenerador do Peru e busca a paz incondicional com Chile.
1883	outubro — Tratado de Paz de Ancón, Peru/Chile.
1884	Pacto de Trégua — Bolívia/Chile.
1887	maio — Convênio ad referendum entre o Peru e os credores ingleses da dívida externa peruana.
1895	Tratado de Paz y Amistad de 18 de mayo de 1895, el de Transferência de Território y el de Comércio, Chile/Bolívia. Protocolo de Sucre, Chile/Bolívia.
1896	Protocolo aclaratório Chile/Bolívia
1900	Nota König de 13 de agosto Circular Errázuriz de 30 de setembro
1902	Negociación Aramayo
1903	negociación Edwards
1904	Tratado de Paz y Amistad, Bolívia/Chile

QUADRO Nº 2

CRONOLOGIA BÁSICA DAS NEGOCIAÇÕES ENTRE BOLÍVIA/CHILE/PERU  
NA QUESTÃO DA SAÍDA DA BOLÍVIA PARA O MAR

1910	Governo boliviano pede as Chancelarias do Peru e do Chile para restabelecer o acesso boliviano ao mar pela via de cessão dos territórios de Tacna e Arica, em poder do Chile.
1920	Bolívia ante a Assembléia da Liga das Nações invocando o artigo 19 do Tratado de Versalles para obter a revisão do Tratado de Paz de 1904 (Bolívia/Chile).
1920	Chile se comprometeu a conceder saída para o mar a Bolívia, ao norte de Arica.
1926	Arbitragem do secretário de Estado norte-americano Franck Kellog sobre a propriedade dos territórios de Tacna e Arica.
1926	Tratado entre Peru/Chile, o qual deixou Arica com o Chile e devolveu Tacna ao Peru.
1950	Chile aceitou uma negociação direta «destinada a buscar la fórmula que pueda hacer posible dar a Bolívia una salida propia y soberana al Pacífico, y a Chile las compensaciones que no tengan carácter territorial y consulten efectivamente sus intereses».
1956	Chile aceitou negociar o problema da mediterraneidade boliviana, mediante «negociaciones estrictamente confidenciales».
1961	O Embaixador chileno em La Paz retirou os oferecimentos de seu país, mediante um Memorandum dirigido a Chancelaria boliviana.
1962	Questão do Rio Lauca, Bolívia rompe relações diplomáticas com o Chile, e colocam a questão na Organização dos Estados Americanos (OEA).
1975	8 de fevereiro — Chile e Bolívia restabelecem relações diplomáticas durante o encontro presidencial de Charana, e reconhecem a possibilidade de encontrar uma solução para a situação marítima de Bolívia.
1976	6 de janeiro — o Ministro das Relações Exteriores do Chile leva ao conhecimento da opinião pública o assunto sobre a troca de documentos com a Bolívia acêrca da sua ação soberana ao Oceano Pacífico, bem como endereça esta comunicação ao governo de Santiago e do Peru.
1976	Crise entre Chile/Peru, relativa a questão de fronteiras, por causa da Arica.
1977	Reuniões bipartites Peru/Bolívia, Peru/Chile.
1979	Ruptura das relações diplomáticas Bolívia/Chile.
1979	Bolívia coloca a questão da «Mediterraneidade de Bolívia», na IX Assembléia Geral Ordinária da O.E.A.

FONTE:

DIAS ALBONICO, Rodrigo et alii. Les négociations entre le Chili et la Bolivie relatives a un accès souverain a la mer. *Annuaire Français de Droit International*, 1977, p. 343 — 356.

GREÑO VELASCO, José Enrique, Bolivia y su retorno al mar. **Revista de Política Internacional**, 150: 199-230, mars/avr. 1977.

OEA, op. cit., p. 9-10

TEIXEIRA SOARES, op. cit., p. 58-9

GLASSNER, Martin Ira. The Río Lauca: dispute over an international river **Geographical Review**, 60 (2): 192-207, 1970.

COLLIN — DELAUAUD, Claude. Le Péru et ses frontières non consolidées: les difficultés de l'intégration économique. **Notes et Etudes Documentaires**, Paris, n° 31, oc. 1979, p. 99-107.

QUADRO Nº 3  
BOLÍVIA: INDICADORES DA PRODUÇÃO MINEIRA

Produção de minerais importantes (mil toneladas)	1976	1977	1978	1979(a)	Taxas de Crescimento			
					1976	1977	1978	1979
Estanho	28.6	30.9	29.7	14.9	14.9	8.0	3.9	10.4
Prata (toneladas)	177.0	209.2	198.0	181.0	13.2	18.1	-5.3	-8.6
Chumbo	18.6	19.9	16.5	15.6	5.1	7.0	-17.1	-5.5
Cobre	4.7	3.2	3.0	1.7	21.7	-31.9	-6.2	-43.3
Antimonio	17.4	13.8	10.5	16.6	46.2	-20.7	-23.9	58.1
Volfrâmio	3.3	2.8	2.9	2.6	26.9	-15.2	3.6	10.3
Zinco	53.0	60.8	59.9	53.9	8.6	14.7	1.5	10.0
Extração de hidrocarburos								
Petróleo (mil m <sup>3</sup> )	2362	2015	1883	1619	0.9	-14.7	-6.6	-14.0
Gás (milhões de m <sup>3</sup> )	4360	4222	4383	4400	12.1	-3.2	3.8	0.4

Fonte:

Ministério de Minería y Metalurgia; Banco Central de Bolivia apud Cepal. **Estudio Economico de América Latina**. 1979. p. 6

a) Cifras preliminares

QUADRO N° 4

BOLÍVIA: INDICADORES DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

	1976	1977(a)	1978(a)	1979(b)	Taxas de crescimento			
					1976-	1977	1978	1979
Índice da produção agropecuária (1970= 100)	136.3	132.5	135.4	134.0	3.1	-2.8	2.2	-1.0
Agrícola	136.5	132.3	135.4	134.1	2.9	-3.1	2.3	-1.0
Silvícola	142.7	162.7	166.7	130.5	12.3	14.0	2.5	-21.7
Pecuária	135.3	130.0	131.9	165.3	5.6	-3.9	1.5	25.3
Produção dos principais cultivos (mil toneladas)								
Trigo	70	48	56	51	12.9	-31.1	16.4	-9.3
Arroz	113	112	93	104	-10.7	-1.2	-16.4	11.3
Cevada	92	60	64	62	15.3	-34.9	6.2	-2.8
Milho	342	299	308	331	12.2	-12.5	2.9	7.5
Batata	824	679	716	720	1.2	-17.6	5.5	0.5
Soja	15	9	26	24	29.4	-42.2	194.4	-8.4
Cana de Açúcar	3248	3168	3049	2960	37.2	-2.5	-3.7	-2.9
Algodão (fibra)	13	15	18	14	-42.7	21.4	17.0	-21.8
Coca	13	16	20	20	10.2	20.0	25.0	--
Bananas	252	250	234	201	0.8	-0.8	-6.4	-13.5
Gado Bovino								
População (mil cabeças) (c)	3400	3580	3770	4400	4.9	5.3	5.3	6.1
Abate	461	479	490	534	2.1	3.9	2.3	9.0

FONTE:

Banco Central de Bolívia sobre a base de informação do Ministério de Assuntos Campesinos y Agropecuarios apud Cepol. **Estudio Económico de América Latina**, 1979, p. 5.

- a) Cifras preliminares
- b) Cifras estimadas
- c) A começo de cada Año

## QUADRO N° 5

### CRONOLOGIA BÁSICA DAS QUESTÕES BRASIL/BOLÍVIA

#### QUESTÃO DO ACRE

- 1867 27 de março — Tratado Muñoz Néto, Bolívia perdeu 150.000 Km<sup>2</sup> do seu território e 60 léguas navegáveis do Rio Madeira para o Brasil.
- 1895 Comissão Mixta «Pando-Thamaturgo», colocou os marcos correspondentes nos rios Acre, Yacú e Purus e determinou que as nascentes do Javari estavam no paralelo 7°1'17".
- 1899 3 de janeiro — Governo boliviano fundou no Rio Acre: Puerto Alonso e decretou que os rios Acre, Purus e Yacú foram abertos a livre navegação.
- 1899 8 de março — Nota do governo brasileiro, reclamou através da sua Chancelaria: «não permitia que navios estrangeiros navegassem por suas águas e que o Brasil proibia o trânsito de embarcações bolivianas por águas brasileiras não abertas as bandeiras mercantes de todas as nações».
- 1899 15 de julho — Foi fundado o «Estado Independente do Acre, Purus e Yacú».
- 1899 30 de outubro — Protocolo «Salinas Vega — Olyntho de Magalhães», para investigar as verdadeiras nascentes do Rio Javari e demarcar a fronteira.
- 1901 11 de julho — Governo da Bolívia fez um contrato de administração com a «The Bolivian Syndicate» de New York, para administrar a região do Acre.
- 1902 Agosto — Brasil rompe relações diplomáticas com a Bolívia, fechou o trânsito do Rio Amazonas e exigiu a rescisão do contrato com a «The Bolivian Syndicate».
- 1903 02 de abril — Exército brasileiro se apossa de Puerto Alonso.
- 1903 17 de novembro — Tratado de Petrópolis, Bolívia cedeu ao Brasil o território do Acre em troca de 02 milhões de libras esterlinas e da construção de uma estrada de ferro desde Puerto de San Antonio sobre o Rio Madeira até Guayaramerin no Mamoré com um ramal a Villa Bella.

#### QUESTÃO DO MARCO DE YACADIGO

- 1909 Este marco foi colocado como intermediário entre a «geodésica marco de fundo da Bahia Negra — Tacuaral».
- 1953 O governo boliviano estudou a densificação da «Bahia negra-Tacuaral, e detectou que o marco intermediário havia se localizado equivocadamente com o prejuízo para a Bolívia, havendo ultrapassado a linha de fronteira 566 metros para oeste.

#### QUESTÃO CERRITO DE SAN MATIAS-CURRICHE DEL DESTACAMENTO

- 1951 Comissão de limites mixta boliviano-brasileira procedeu a densificação do setor Cerrito de San Matias — Curiche del Destacamento, aprovadas as operações e a colocação de marcos secundários, o chefe da delegação brasileira manifestou seu desacordo, surgindo discussões por este motivo.

<b>QUESTÃO DA ISLA SUAREZ</b>	
1930	A Legação brasileira em La Paz reclamou a Chancelaria boliviana, o fato da Ilha Suarez se encontrar sob a soberania da Bolívia. Uma vez que, a Carta Geral da Fronteira, de 1878, aprovada por ambos os governos marcava os limites e deixava a referida ilha para o lado brasileiro.
<b>QUESTÃO DA NASCENTE DO RIO VERDE</b>	
1909	Comissão mixta de limites boliviano-brasileira determinou a verdadeira nascente do Rio Verde, serviu de base para o protocolo de 03 de setembro de 1925 (que não chegou a ser ratificado) e para o Tratado de Natal (25.12.1928).
1939	Brasil opôs-se ao tratado de Natal, manifestando por intermédio de sua missão diplomática em La Paz que a «Comissão Pando Guillobel» não determinou as coordenadas da nascente principal do Rio Verde.
1945	Comissão mixta Brasil/Bolívia para determinar a cabeceira do Rio Verde.
1958	Resolveu-se a questão do Rio Verde.
<b>QUESTÃO «COOPERAÇÃO TÉCNICA»</b>	
1938	25 de fevereiro — Tratado Brasil/Bolívia, sobre a construção de estrada de ferro (saldo devedor do Brasil desde o Tratado de Petrópolis) e aproveitamento do petróleo boliviano.
1949	29 de setembro — Proposição brasileira para substituir o dólar por cruzeiro no investimento do petróleo boliviano.
1952	17 de janeiro — Notas Reversais, Bolívia aceitou a proposição brasileira.
1956	11 de abril — Nota do Embaixador do Brasil em La Paz, confirmando o propósito de dar execução plena ao Tratado de 1938.
1958	29 de março — «Acordos de Roboré», estrada de ferro, limites e petróleo.
1966	27 de outubro — Bolívia dá consentimento ao Brasil para substituir a estrada de ferro Madeira-Mamoré por estrada de rodagem.
1971	Comissão mixta brasileira-boliviana de cooperação econômica e técnica.
1974	22 de maio — Acordo de Cooperação e Complementação Industrial, Brasil/Bolívia
1977	Visita de Banzer ao Brasil.

Fonte:

ESCOBARI CUSICANQUI, Jorge. **História diplomática de Bolívia**. La Paz, Universidad Boliviana, 1978, t. 2, p. 211-290.

**Documentos básicos de política internacional**. La Paz, Ministério de Relaciones Exteriores y Culto, set. 1972, p. 152-155.

**Resenha de Política Exterior do Brasil**. Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 14, jul./set., 1977, p. 25/149.

**QUADRO N° 6**

**IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DA BOLÍVIA, 1975 a 1977**

1975		1976		1977		1978		1979	
Valor	%								
17.100	2,38	15.733	1,34	23.371	1,74	35.911	2,52	88.410	4,00

FONTE:

CACEX — BANCO DO BRASIL 1978.

**QUADRO N° 7**

**EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA BOLÍVIA, 1975 A 1979 = US\$ 1000 FOB**

1975		1976		1977
VALOR (A)	% VALOR (A/B)	VALOR (C)	% VALOR (C/D)	VALOR (E)
121,729	10,16	100,542	8,36	140,789
1977		1978		
% VALOR (E/F)	VALOR (G)*	% VALOR (G/H)	PRODUTOS BÁSICOS VALOR (I)	% VALOR (I/J)
9,50	133,817	8,26	3.312	1,83
1978		1979		
PRODUTOS INDUSTRIAIS VALOR (L)	% VALOR (L/M)	VALOR (N)	% VALOR (N/O)	PRODUTOS BASICOS VALOR (P)
130,245	9,33	126,866	5,12	1,046
1979				
% VALOR (P/Q)	PRODUTOS INDUSTRIAIS VALOR (R)	% VALOR (R/S)		
0,39	125,773	5,69		

FONTE: Cacex — Banco do Brasil. 1979.

\* inclui operações especiais.